



CARTA POLÍTICA

COMITÊ BRASILEIRO DE DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

ENCONTRO NACIONAL - MARÇO DE 2026

O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos se reuniu entre os dias 17 e 19 de março de 2026 para o seu VIII Encontro Nacional. Nestes dias, refletimos conjuntamente sobre a conjuntura brasileira e de seus territórios, a conjuntura internacional e sobre os desafios e perspectivas para as defensoras e os defensores de direitos humanos.

O Comitê Brasileiro é uma rede composta por 45 organizações e movimentos sociais que atuam na proteção de pessoas defensoras de direitos humanos e de suas lutas, no enfrentamento às violências de classe, gênero e raça, defesa das pluralidades identitárias, sexuais e geracionais, na proteção contra a violência e a exploração capitalista de desenvolvimento econômico, no enfrentamento da criminalização da luta por direitos, bem como na luta por efetivação de direitos e pela conquista e reconhecimento de novos.

Durante estes dias, tivemos a possibilidade de nos debruçarmos sobre o contexto nacional e internacional de avanço da extrema direita e do imperialismo estadunidense e das agendas antidireitos humanos. Contando com a participação de parceiros internacionais da Colômbia, das Filipinas, da África do Sul e do Zimbábue, pudemos refletir sobre a forma como o Sul Global tem sido historicamente atravessado pelo silenciamento e por violações de direitos, que reproduzem padrões estruturais e sistêmicos de exploração de corpos e territórios que remontam às práticas coloniais e racistas.

Diante do genocídio do Povo Palestino, da violação da soberania da Venezuela com o sequestro do seu presidente e da injustificada guerra ao Irã, vimos serem dissolvidos todos os limites e barreiras para a contenção do imperialismo. Quando governos neofascistas como Israel e Estados Unidos da América fazem esse tipo de intervenção, sinalizam para governos autoritários em todo o mundo, que essas ações são permitidas contra outros povos em qualquer lugar do mundo em completa impunidade. Temos o dever ético de reafirmar nossa resistência, nossa soberania e de defender o multilateralismo e o sistema internacional de direitos humanos como um dos últimos recursos contra a barbárie.

Vivemos problemas em comum, como a criminalização de defensoras e defensores, o avanço da destruição de recursos naturais, a militarização dos territórios, a imposição de interesses geopolíticos e econômicos, por meio do avanço de agendas autoritárias, bem

como a violência praticada pelo próprio Estado com o objetivo de silenciar defensoras e defensores e sua omissão na implementação de políticas públicas para garantia de direitos e medidas de reparação e proteção a defensoras e defensores.

Tais dinâmicas se expressam também na influência de potências internacionais sobre processos políticos nacionais, afetando diretamente a soberania e a democracia em nossos países. O intercâmbio e a articulação internacional permitem o compartilhamento de diagnósticos e a construção de estratégias e de uma agenda potente unificada, que reflete as dinâmicas locais de lutas e de solidariedade internacional.

Aprofundamos a compreensão de que as violações de direitos humanos não se expressam de forma abstrata, mas se materializam nos territórios - urbanos, rurais, periféricos, indígenas, quilombolas e tradicionais, onde defensoras e defensores constroem, cotidianamente, estratégias de resistência e sustentação da vida. É nos territórios que se intensificam os conflitos, especialmente diante do avanço de grandes empreendimentos, da militarização, da presença de milícias e da atuação violenta, por ação ou omissão, do próprio Estado.

Este ano rememoramos os 30 anos do Massacre de Eldorado do Carajás, uma página triste da história do nosso país e que reafirma em nós a necessidade de superar as violências e violações que atravessam os corpos e territórios e a urgência da proteção integral aos defensores e defensoras de Direitos Humanos e a seus territórios de luta e de vida.

Reafirmamos que a territorialização das políticas públicas é condição indispensável para a efetivação dos direitos humanos. Não há proteção possível sem o reconhecimento das especificidades dos territórios e das desigualdades históricas que os atravessam. Nesse sentido, denunciemos a ausência ou insuficiência de políticas públicas que dialoguem com a realidade concreta das populações, especialmente aquelas que vivem sob condições de maior vulnerabilidade e que, muitas vezes, estão mais preocupadas com sua sobrevivência imediata do que com o debate político institucional.

A violência não é uma resposta, mas tem sido o caminho utilizado historicamente pelo Estado, pautado pelos interesses do grande capital, por diretrizes racistas, heteronormativas e patriarcais, para a resolução de problemas e pautas estruturais e de fundação tanto no Brasil quanto no Sul Global, quando deveriam ser tratadas a partir de políticas sociais e efetivação de direitos humanos, básicos e fundamentais. Não obstante, no momento em que esta carta está sendo construída coletivamente, o Rio de Janeiro mais uma vez vivencia o paradigma da política de segurança pública, que atua sistematicamente com operações policiais letais, produção de chacinas e abordagens policiais violentas e letais.

Apenas uma semana após a primeira audiência pública na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) sobre a Operação Contenção - operação realizada em 28 de outubro de 2025, que produziu o maior massacre da história do Rio de Janeiro - mais uma vez, órgãos que executam a Política de Segurança Pública do Rio de Janeiro operacionalizaram uma chacina resultando na morte de 08 pessoas, fechamento de unidades de saúde, escolas, alteração de linhas de ônibus, a prisão de pelo menos 6 pessoas, invasão de casas, agressão a moradores e denúncias de uso do mesmo método

utilizado na Operação Contenção: de desova de corpos em região de mata. Reforçando inclusive o posicionamento da Secretária Executiva da CIDH, sobre a Operação Contenção, afirmamos que o Estado Brasileiro segue um grave padrão sistemático, porque não é novo. O Brasil foi sentenciado na Corte IDH pela Chacina de Nova Brasília e Chacina do Jacarezinho, estamos diante de um paradigma de segurança pública que precisa mudar, pela vida de povos e comunidades que vivem sob essa constante violação, pela vida de defensoras e defensores de direitos humanos, pela dignidade e pela vida.

No campo das relações de gênero, raça, etnias e sexualidade, destacamos que a violência contra defensoras de direitos humanos - especialmente mulheres negras, indígenas, periféricas, LGBTQIA+ e lideranças comunitárias - tem se intensificado, assumindo contornos específicos como a violência política de gênero, o racismo estrutural e institucional, e as múltiplas formas de silenciamento. A invisibilização dessas violências nos espaços de poder e decisão agrava ainda mais o cenário, exigindo respostas urgentes e estruturantes. É fundamental que as políticas de proteção incorporem uma perspectiva interseccional, reconhecendo que os riscos enfrentados não são homogêneos e que as desigualdades de gênero e raça produzem maior exposição à violência. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de investimentos robustos e prioritários na proteção de mulheres defensoras, bem como na construção de estratégias específicas de enfrentamento à violência política de gênero e ao racismo.

As discussões também evidenciaram a centralidade das políticas populares de cuidado e autocuidado como dimensão estratégica da proteção. O cuidado deve ser compreendido como responsabilidade coletiva e também dever do Estado, materializado por meio do fortalecimento de políticas públicas, como o SUS, o SUAS, a proposta de escala de trabalho 5x2 (fim da escalada 6x1) e outras iniciativas que garantam condições dignas de vida. Ao mesmo tempo, reconhecemos e valorizamos as redes comunitárias de cuidado e autocuidado construídas nos territórios, que historicamente sustentam a vida frente à ausência estatal.

Vivenciamos, no Brasil, a instabilidade democrática e as constantes ameaças de uma extrema-direita que, manifestamente, rechaça a defesa de direitos humanos e seus representantes, ameaças que se expressam, entre outras formas, na disseminação de desinformação, no uso político da religião, na atuação de grupos milicianos e no ataque sistemático às organizações e movimentos sociais.

Destacamos, ainda, a apropriação distorcida de pautas de direitos humanos por setores conservadores, bem como o uso intensivo de tecnologias digitais e inteligência artificial para manipulação do debate público. Nesse sentido, chamamos a atenção para a necessidade da manutenção de importantes conquistas populares e políticas públicas que servem à garantia da vida, da integridade física, e de outros tantos direitos de defensoras e defensores de direitos humanos.

A proximidade do período eleitoral acende um alerta sobre o aumento da violência política, especialmente contra defensoras e defensores de direitos humanos. A possibilidade de uma crise democrática, com crescimento da violência política, nos aponta os riscos e desafios que enfrentaremos nos próximos meses. No mesmo sentido, tememos que eventuais vitórias políticas de grupos contrários à garantia de direitos humanos possam comprometer gravemente os compromissos já assumidos pelo Estado no que diz respeito à

proteção de defensoras e defensores. Reafirmamos a necessidade de construção de estratégias coletivas de proteção nos territórios, de incidência junto às instituições e de fortalecimento de compromisso político em defesa da democracia e do próprio Estado Democrático de Direito. E, diante disso, é urgente também avançar na regulação das plataformas digitais e no enfrentamento à disseminação de fake news.

Nestes termos, entendemos coletivamente a importância do recém instituído Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (PlanoDDH), construído com a devida participação social – inclusive, por diversas organizações do CBDDH. Para o Comitê, o PlanoDDH é resultado de uma luta de mais de 20 anos e reflete os anseios da sociedade civil organizada em torno da pauta de proteção a defensoras e defensores de direitos humanos, comunicadoras/es e ambientalistas. No entanto, sua implementação dependerá da prioridade e celeridade dadas pelo Estado, garantindo o cumprimento da normativa, seu acompanhamento com ampla participação social, a partir do que o Plano denominou “Comitê de Implementação, Monitoramento e Avaliação”, além de recursos adequados e capacidade de atuação efetiva nos territórios.

Diante do contexto apresentado, convocamos o Estado Brasileiro a respeitar o compromisso prioritário de implementação de políticas que enfrentam as dinâmicas estruturais e sistêmicas de violações de direitos de defensoras e defensores, como é o PlanoDDH. No mesmo sentido, instamos o Estado a assegurar a proteção dos territórios e seus modos de vida e garantir os direitos humanos e direitos fundamentais da Constituição Cidadã em sua totalidade. É necessário que o compromisso com a democracia seja também um compromisso que proteja vidas, integridade, dignidade e o direito de lutar por direitos.

O Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos seguirá atento e atuante frente às violações de direitos, buscando fortalecer a democracia a partir do fortalecimento de segmentos indispensáveis à sua existência e garantia - como são as defensoras e defensores de direitos humanos.

Seguimos em luta!

Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos

19 de março de 2026

Brasília – DF